

O ESQUECIMENTO COLETIVO DA LEITURA: ENTRE A SUPERFICIALIDADE E A PERDA DE SENTIDO NA CONTEMPORANEIDADE

THE COLLECTIVE FORGETTING OF READING: BETWEEN SUPERFICIALITY AND THE LOSS OF MEANING IN CONTEMPORARY SOCIETY

Suellen Camille Berg de Melo¹

Bruna Bastos²

RESUMO: O presente artigo analisa o esquecimento coletivo da leitura na sociedade contemporânea, com foco na influência da cultura digital na formação de hábitos intelectuais. Parte-se da compreensão da leitura como prática fundamental para o desenvolvimento do pensamento crítico, em contraste com a valorização de conteúdos superficiais e imediatos. O objetivo é investigar em que medida o declínio do hábito da leitura na sociedade contemporânea pode ser compreendido como uma forma de alienação semelhante — ainda que não imposta — àquela retratada na obra *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury. A pesquisa, de caráter qualitativo e bibliográfico, relaciona dados sobre o declínio da leitura a reflexões teóricas sobre a modernidade, dialogando com autores como Paulo Freire e Zygmunt Bauman. Conclui-se que a cultura digital, ao privilegiar a rapidez e a fragmentação da informação, contribui para a perda de sentido da leitura e compromete a formação crítica e a participação social.

PALAVRAS-CHAVE: Esquecimento coletivo; Leitura; Cultura digital; Pensamento crítico; *Fahrenheit 451*.

ABSTRACT: This article analyzes the collective neglect of reading in contemporary society, focusing on the influence of digital culture on the formation of intellectual habits. It begins with the understanding of reading as a fundamental practice for the development of critical thinking, in contrast to the emphasis on superficial and immediate content. The objective is to investigate to what extent the decline of reading habits in contemporary society can be understood as a form of alienation similar — albeit not imposed — to that depicted in Ray Bradbury's *Fahrenheit 451*. The research, which is qualitative and bibliographic in nature, relates data on the decline of reading to theoretical reflections on modernity, engaging with authors such as Paulo Freire and Zygmunt Bauman. We conclude that

1 Graduada em Direito do quinto semestre da Faculdade Antonio Meneghetti, AMF, Rio Grande do Sul. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8008494697051038>. E-mail: suellen.melo@amf.edu.br.

2 Doutora em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), com período sanduíche na University of Virginia (EUA). Professora de Direito na Faculdade Antonio Meneghetti (AMF). Líder do Literar-se, grupo de pesquisa em Direito e Literatura. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4588534886687945>. E-mail: profabrunabastos@gmail.com.

digital culture, by prioritizing the speed and fragmentation of information, contributes to the loss of meaning in reading and undermines critical thinking and social participation.

KEYWORDS: Collective forgetting; Reading; Digital culture; Critical thinking; Fahrenheit 451.

1. INTRODUÇÃO

A obra literária *Fahrenheit 451* (1953), de Ray Bradbury, apresenta uma sociedade distópica na qual os livros são proibidos e sistematicamente destruídos por agentes do Estado, com o objetivo de eliminar o pensamento crítico e manter a população sob controle. Nesse cenário, destaca-se a personagem principal Guy Montag, um bombeiro cuja função consiste, de forma paradoxal, em incendiar livros, evidenciando uma estrutura social fundamentada na supressão do conhecimento e na limitação da autonomia intelectual.

A partir dessa narrativa, estabelece-se um paralelo crítico com a sociedade contemporânea. Embora haja amplo acesso à informação e aos recursos tecnológicos, observa-se um progressivo afastamento da leitura profunda, reflexiva e crítica — elemento essencial para a formação intelectual e cidadã. Nesse contexto, a cultura digital, aliada à disseminação de conteúdos superficiais e à circulação de desinformação, contribui significativamente para a fragilização do pensamento autônomo.

Historicamente, o acesso à leitura foi restrito a uma parcela privilegiada da população. Contudo, na contemporaneidade, configura-se um paradoxo: se, no passado, o desafio consistia em conquistar o direito de ler, hoje, mesmo com a democratização do acesso à educação e à informação — assegurada no Brasil pela Constituição Federal de 1988 —, observa-se um afastamento voluntário dessa prática. Trata-se, portanto, de uma renúncia silenciosa a um direito historicamente conquistado.

Nesse sentido, *Fahrenheit 451* ultrapassa a crítica à censura estatal direta ao evidenciar também o papel da própria sociedade na construção de um cenário de alienação ao priorizar o entretenimento imediato em detrimento da reflexão crítica. Assim, a obra funciona como um

espelho simbólico da realidade contemporânea, na qual não há, necessariamente, a imposição da destruição dos livros, mas sim uma adesão inconsciente ao seu abandono.

Assim, a presente pesquisa tem como problema central investigar em que medida o declínio do hábito da leitura na sociedade contemporânea pode ser compreendido como uma forma de alienação semelhante — ainda que não imposta — àquela retratada em *Fahrenheit 451*. Parte-se da hipótese de que a substituição da leitura por formas rápidas e fragmentadas de consumo de informação compromete a autonomia intelectual e a capacidade crítica dos indivíduos.

Para a análise proposta, adota-se uma metodologia de natureza qualitativa, com abordagem hermenêutica e fundamentação bibliográfica. A hermenêutica, enquanto teoria da interpretação, possibilita a compreensão dos sentidos profundos presentes tanto na obra literária quanto na realidade social, estabelecendo um diálogo entre texto e contexto. Dessa forma, busca-se não apenas descrever o fenômeno do afastamento da leitura, mas também interpretá-lo criticamente à luz das transformações culturais e tecnológicas da contemporaneidade.

Portanto, ao articular problema, hipótese e método, o presente estudo propõe uma reflexão crítica sobre o papel da leitura na formação do indivíduo, preparando o terreno para a análise dos fatores que contribuem para seu esvaziamento e das implicações desse processo na sociedade atual.

2. A CONSTRUÇÃO DISTÓPICA COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE SOCIAL

Publicado em 1953, o livro *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury, insere-se no gênero distópico ao retratar uma sociedade futurista marcada pelo controle da informação e pela

supressão do pensamento crítico. A obra constrói um cenário em que o acesso ao conhecimento não é apenas limitado, mas deliberadamente destruído, evidenciando uma estrutura social que teme a complexidade e privilegia uma estabilidade superficial (Bradbury, 2013).

Nesse universo, os livros são considerados objetos perigosos, capazes de provocar inquietação, conflito e reflexão — elementos indesejáveis para a manutenção da ordem vigente. Como consequência, o Estado institucionaliza sua eliminação por meio de uma política sistemática de censura, transformando a destruição do saber em uma prática cotidiana e socialmente legitimada (Bradbury, 2013).

Um dos aspectos mais simbólicos dessa realidade é a inversão do papel dos bombeiros. Em vez de combater incêndios, esses profissionais passam a incendiá-los, destruindo livros e as casas que os abrigam. Tal subversão não representa apenas uma mudança funcional, mas revela uma profunda distorção de valores, na qual a destruição é apresentada como condição necessária para a harmonia social (Bradbury, 2013).

Paralelamente, a obra evidencia o papel central da tecnologia na consolidação desse cenário alienante. Os indivíduos são constantemente expostos a estímulos rápidos e superficiais, especialmente por meio das chamadas “paredes de TV”, que substituem interações humanas genuínas por experiências simuladas e destituídas de profundidade. Como resultado, a comunicação torna-se esvaziada de significado: as conversas passam a ser rasas, fragmentadas e desprovidas de reflexão, refletindo uma sociedade que perdeu a capacidade de diálogo crítico (Bradbury, 2013).

Esse processo também afeta a memória coletiva e individual. Os personagens demonstram dificuldade em recordar eventos significativos de suas próprias vidas, evidenciando um apagamento histórico e emocional. A ausência de memória contribui diretamente para a manutenção do sistema, uma vez que impede comparações com outras realidades e limita a capacidade de questionamento (Cantarela e Silva, 2010).

Sob esse viés, a narrativa da obra literária sugere que a alienação não é apenas imposta, mas também aceita pela população. O conforto proporcionado por uma vida sem conflitos aparentes leva os indivíduos a abdicar voluntariamente da profundidade intelectual, estabelecendo uma relação de cumplicidade entre o Estado e a sociedade. Por conseguinte, o entretenimento constante funciona como um eficaz mecanismo de controle social. Ao manter os indivíduos permanentemente ocupados com estímulos imediatos, reduz-se o espaço para reflexão, consolidando um estado de passividade coletiva que favorece a perpetuação da ordem vigente (Benzaquen , 2021).

De maneira semelhante, a educação, em determinados contextos, passa por um processo de esvaziamento, sendo reduzida à transmissão de informações rápidas, fragmentadas e desarticuladas. Nesse modelo, há pouco espaço para o desenvolvimento do pensamento crítico e da análise aprofundada, o que resulta na formação de indivíduos tecnicamente funcionais, porém com limitações no campo reflexivo e interpretativo (Silva *et al.*, 2025).

Sendo que, de acordo com o Instituto Pró-Livro (2024), os dados mais recentes evidenciam mudanças nos hábitos de leitura no Brasil, marcadas pela redução do engajamento com livros e pela reconfiguração das formas de acesso à informação, o que aponta para desafios significativos na formação de leitores e no fortalecimento da cultura leitora no país (Instituto Pró-Livro, 2024).

No mesmo sentido, a Câmara Brasileira do Livro (2024) em sua pesquisa declarou que, mais da metade da população brasileira não mantém o hábito de leitura de livros, o que evidencia um cenário preocupante para a formação cultural e educacional no país; esse dado revela não apenas a diminuição do contato com a leitura, mas também aponta para desafios estruturais relacionados ao acesso, incentivo e valorização do livro como instrumento fundamental para o desenvolvimento crítico e intelectual da sociedade (CBL, 2024).

Tal realidade contrasta diretamente com os princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, que consagra a educação como um direito fundamental de todos e um dever compartilhado entre o Estado e a família. Conforme previsto no artigo 205, a educação não se restringe à mera instrução técnica, mas possui uma finalidade mais ampla e estruturante (Brasil, 1988).

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988).

Ademais, o artigo 206 da Carta Magna assegura princípios fundamentais para o ensino, como a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, bem como o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas (Brasil, 1988).

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino [...]. (Brasil, 1988).

Tais diretrizes reforçam a necessidade de um ambiente educacional que estimule o pensamento crítico e a autonomia intelectual, em contraste direto com modelos de ensino mecanizados e superficiais. Nesse sentido, a realidade contemporânea, marcada pela rapidez informacional e pela desinformação, revela um distanciamento preocupante entre o que é garantido juridicamente e o que é efetivamente praticado.

Dessa forma, ao relacionar o cenário atual com a perspectiva jurídica, percebe-se que o enfraquecimento da leitura crítica e da educação reflexiva não representa apenas um problema social, mas também uma violação indireta dos princípios constitucionais. A formação de indivíduos incapazes de questionar e interpretar a realidade compromete o próprio exercício da cidadania, fragilizando a democracia (Sousa e Assis, 2023). Assim, garantir uma educação de qualidade, crítica e emancipadora não é apenas uma necessidade social, mas um imperativo constitucional que deve ser continuamente defendido e efetivado.

Ademais, como alerta a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2023), não há apenas limitação da pluralidade de perspectivas, mas também um enfraquecimento da autonomia intelectual. A tecnologia, quando desvinculada de um compromisso ético e pedagógico, deixa de emancipar e passa a padronizar o acesso à informação. Com isso, o pensamento crítico se esvazia gradualmente, cedendo espaço a uma superficialidade disfarçada de conhecimento.

Nesse sentido, a obra também se aprofunda na dimensão ideológica por meio da figura do Capitão Beatty, que ultrapassa o papel de antagonista convencional para se configurar como a personificação da ideologia dominante. Sua erudição não atua como resistência, mas como instrumento de legitimação do sistema, revelando uma inversão significativa: o conhecimento, em vez de libertar, é mobilizado para sustentar a ignorância coletiva (Bradbury, 2013).

Sob essa perspectiva, Beatty atua como um agente discursivo sofisticado, cuja retórica busca naturalizar a censura dos cidadãos. Ao afirmar que os livros geram infelicidade e instabilidade, ele desloca a opressão para o campo individual, sugerindo que o pensamento crítico seria, por si só, uma ameaça ao bem-estar social (Bradbury, 2013). Tal argumento evidencia um mecanismo ideológico recorrente: a transformação da liberdade em risco e da limitação à proteção.

Além disso, sua defesa da simplificação cultural revela uma crítica estrutural à massificação do pensamento. Ao descrever a redução de obras complexas a conteúdos superficiais, o personagem antecipa dinâmicas contemporâneas marcadas pela velocidade informacional e pela predominância de estímulos imediatos. Assim, a obra sugere que o esvaziamento cultural não depende exclusivamente da repressão estatal, mas também da adesão voluntária da sociedade a formas mais simples de consumo intelectual (Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, 2021).

A relação entre Beatty e Montag, por sua vez, pode ser interpretada como um embate entre consciência e conformismo. Beatty não apenas reprime, mas tenta reintegrar Montag ao sistema, demonstrando que a manutenção da ordem depende tanto da vigilância quanto da persuasão (Bradbury, 2013). Desse modo, evidencia-se que o controle mais eficaz não é aquele que impõe o silêncio, mas aquele que convence o indivíduo de que questionar é inútil.

Essa construção permite estabelecer paralelos diretos com a contemporaneidade, na qual o controle da informação ocorre de maneira difusa e muitas vezes imperceptível. Diferentemente da censura explícita, observa-se a valorização de conteúdos superficiais em detrimento de produções mais complexas, o que influencia silenciosamente as escolhas individuais (Paiva, 2018).

Diante dessa ótica, a queima de livros, nesse contexto, adquire um significado ainda mais amplo, funcionando como metáfora da supressão da memória e da pluralidade. Ao eliminar registros do pensamento humano, impede-se não apenas o acesso ao passado, mas também a construção de interpretações críticas sobre o presente. Trata-se de um processo que enfraquece a autonomia intelectual e favorece a manutenção de discursos únicos e hegemônicos.

Outrossim, o episódio do incêndio na biblioteca particular da senhora Blake representa o ponto de ruptura na rotina mecânica de “limpeza” de Guy Montag. Diferentemente de ocorrências anteriores, nas quais os moradores eram retirados antes da ação dos bombeiros, nesse caso a proprietária permanece no local, transformando um ato automatizado de destruição em um confronto direto e profundamente perturbador. Sua presença faz com que o ambiente, antes vazio e silencioso, adquira um caráter simbólico de resistência, rompendo o ritual anestesiado dos bombeiros e despertando em Montag um incômodo sentimento de culpa (Bradbury, 2013).

Durante o confronto, o Capitão Beatty busca deslegitimar o valor dos livros ao descrevê-los como uma “*torre de Babel malfadada*”, repleta de contradições e de vozes

irrelevantes. Em contraposição a essa tentativa de simplificação e desumanização da cultura, a senhora profere uma frase histórica: *“Aja como homem, mestre Ridley; temos hoje de acender uma vela tão grande na Inglaterra... que tenho fé que jamais se apagará”* (Bradbury, 2013, p. 57). A citação, originalmente atribuída a mártires protestantes queimados vivos por heresia no século XVI (Foxe, 2013), eleva o episódio de uma simples queima de livros a um ato de resistência e martírio intelectual.

À medida que os bombeiros saturam o ambiente com querosene, Montag é atingido por uma “chuva de livros” e, em um gesto impulsivo e quase inconsciente, furta um exemplar, escondendo-o sob o casaco. Esse ato, ainda que discreto, simboliza o início de sua ruptura com o sistema. O clímax da cena ocorre quando a mulher se recusa a ser retirada à força e, deliberadamente, acende o próprio incêndio, escolhendo morrer entre seus livros a submeter-se à ignorância imposta pelo Estado (Bradbury, 2013).

O impacto desse sacrifício sobre Montag é profundo e imediato. Tomado por febre e náusea, ele se vê incapaz de retornar à sua rotina, sendo forçado a confrontar o sentido de suas ações. Surge, então, uma inquietação decisiva: *“deve haver alguma coisa nos livros”* que justifique tamanho sacrifício (Bradbury, 2013, p. 73). A partir desse momento, Montag passa a compreender que cada obra representa o esforço de uma vida dedicada à construção do pensamento, o que confere ao conhecimento um valor que transcende sua destruição material (São Bernardo do Campo, 2021).

Portanto, esse episódio marca o fim definitivo do prazer que Montag antes encontrava no ato de queimar livros. Mais do que isso, inaugura sua busca por uma dimensão mais profunda da existência que a sociedade distópica tenta suprimir por meio do entretenimento superficial e da negação do pensamento crítico.

3. A PERSPECTIVA DE PAULO FREIRE FRENTE À ALIENAÇÃO EM *FAHRENHEIT 451*

Diante dessa realidade, o pensamento de Paulo Freire apresenta-se como uma alternativa fundamental para a construção de uma educação libertadora. Em *Pedagogia do Oprimido* (Freire, 1974), o autor afirma que o processo educativo deve ultrapassar a simples transmissão de conteúdos, promovendo a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender e transformar a realidade em que estão inseridos. Para Freire, a educação é, antes de tudo, um ato político, que pode tanto reproduzir estruturas de dominação quanto contribuir para sua superação.

Nesse sentido, o autor critica o modelo de educação “bancária”, no qual o aluno é concebido como um recipiente passivo de informações (Freire, 1974). Tal perspectiva, segundo Freire, impede o desenvolvimento da consciência crítica, pois reduz o conhecimento a um processo mecânico de memorização. Em contraposição, propõe uma educação dialógica e problematizadora, na qual educador e educando constroem o saber de forma conjunta, por meio da reflexão sobre a realidade concreta. Essa abordagem valoriza a experiência do sujeito e estimula a autonomia intelectual, elemento essencial para o exercício da cidadania (Freire, 1989).

Complementarmente, em *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa* (Freire, 1996). O autor reforça que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as condições para sua produção. Ele destaca que a prática educativa deve estimular a curiosidade, a dúvida e o questionamento, pois é por meio desses elementos que o indivíduo desenvolve sua capacidade crítica (Freire, 1996). Dessa forma, a educação torna-se um processo de humanização, no qual o sujeito aprende a “ler o mundo” antes mesmo de ler a palavra.

O pensamento freiriano surge como um contraponto essencial à realidade apresentada em *Fahrenheit 451*. A ausência de uma educação crítica no universo de Montag evidencia precisamente aquilo que Freire denuncia: uma sociedade que não ensina a pensar, mas apenas a absorver passivamente informações (Freire 1967). Os personagens, em sua

maioria, são resultado de um sistema educacional esvaziado, incapaz de formar sujeitos questionadores (Bradbury, 2013).

Assim, a trajetória de transformação de Montag pode ser interpretada como um processo de conscientização, conceito central na teoria freiriana (Ferreira, 2015). Ao entrar em contato com os livros e com novas formas de pensamento, ele deixa de ser um agente passivo do sistema para tornar-se um sujeito crítico, capaz de questionar a realidade que o cerca. Esse movimento simboliza o despertar da consciência crítica — condição indispensável para a superação da alienação.

Em suma, a valorização da leitura crítica revela-se essencial, pois permite ao indivíduo interpretar o mundo de maneira consciente e transformadora. Em um contexto contemporâneo marcado pela superficialidade informacional e pela desinformação, a perspectiva de Freire reforça a educação como instrumento de resistência, capaz de formar cidadãos mais autônomos, críticos e preparados para intervir na realidade social (Freire, 1981).

4. A MODERNIDADE LÍQUIDA COMO PARADIGMA DO DECLÍNIO DA LEITURA E DA ASCENSÃO DA DESINFORMAÇÃO

A obra *Modernidade Líquida*, de Zygmunt Bauman, propõe uma análise crítica da sociedade contemporânea, caracterizada pela fluidez das relações, pela instabilidade das estruturas sociais e pela fragilidade dos vínculos humanos. Diferentemente das sociedades tradicionais, marcadas por maior rigidez e previsibilidade, a modernidade líquida dissolve padrões, tornando transitórios valores, identidades e até mesmo as formas de conhecimento (Bauman, 2001).

Nesse contexto, o indivíduo passa a viver sob constante pressão por adaptação, sendo incentivado a consumir não apenas bens materiais, mas também informações rápidas e

descartáveis. A lógica da liquidez, portanto, enfraquece práticas que exigem tempo, profundidade e reflexão — como a leitura crítica —, favorecendo conteúdos imediatistas alinhados à velocidade da vida contemporânea (Moraes, 2024).

Essa dinâmica altera profundamente a relação do sujeito com o conhecimento. A informação deixa de ser um meio para a construção do saber e passa a ser consumida como um fim em si mesma, muitas vezes sem análise ou contextualização. Com isso, o ato de conhecer é substituído pelo ato de apenas acessar conteúdos (Gadotti, 2007).

Dessa forma, a reflexão proposta por Bauman dialoga diretamente com a problemática da alienação intelectual, uma vez que a superficialidade informacional deixa de ser um fenômeno ocasional e passa a constituir um elemento estrutural da sociedade. A dificuldade de manter o foco, refletir e construir pensamento autônomo revela-se como consequência direta dessa dinâmica (Saraiva e Veiga-Neto, 2009).

Além disso, a disseminação de desinformação intensifica esse processo de superficialização do conhecimento. A circulação massiva de informações falsas ou distorcidas, frequentemente compartilhadas sem verificação, compromete a formação da consciência crítica, substituindo a reflexão por reações imediatas e emocionais (Bastos, 2026).

Nesse cenário, observa-se que muitos indivíduos passam a consumir informações de maneira passiva, aceitando conteúdos que exigem baixo esforço cognitivo. Tal comportamento evidencia uma resistência crescente ao pensamento complexo, que demanda tempo e disposição para o questionamento. Outro fator relevante é a influência dos algoritmos digitais, que selecionam e direcionam conteúdos com base nas preferências do usuário. Esse mecanismo reforça visões já existentes, criando bolhas informacionais que limitam o contato com perspectivas divergentes e reduzem a capacidade crítica (Bastos, 2026).

Como consequência, o indivíduo tende a confundir familiaridade com verdade. Informações repetidas frequentemente passam a ser percebidas como verdadeiras, independentemente de sua veracidade, o que contribui para a consolidação da desinformação. Nesse contexto, a busca por pertencimento social também desempenha papel importante. O compartilhamento de desinformação, muitas vezes, ocorre como forma de integração a grupos, nos quais determinadas narrativas são valorizadas, ainda que não sejam verificadas (Bastos, 2026).

Paralelamente, a sobrecarga informacional dificulta a análise crítica. Diante de um fluxo constante de conteúdos, o indivíduo tende a selecionar rapidamente o que consome, sem aprofundamento, o que favorece interpretações superficiais da realidade. A verdade, nesse cenário, torna-se progressivamente relativa. Critérios objetivos são substituídos por percepções subjetivas, muitas vezes baseadas em emoções ou crenças pessoais, o que fragiliza o debate público (Rosenfield, 2012).

A análise proposta por *Fahrenheit 451* dialoga diretamente com essa realidade ao evidenciar uma sociedade que rejeita a profundidade em favor da superficialidade. No romance, a destruição dos livros não ocorre apenas por imposição estatal, mas também pela desvalorização cultural da leitura (Bradbury, 2013).

Assim como Bauman (2001) descreve indivíduos condicionados ao consumo rápido de informações, os personagens da obra vivem imersos em estímulos imediatos, como as “paredes de TV”, que substituem o pensamento reflexivo (Bradbury, 2013). Sendo a leitura incompatível com o ritmo acelerado da vida, a exigência de concentração e silêncio entra em conflito com uma cultura baseada na constante estimulação e no entretenimento imediato.

Montag, protagonista da obra, representa o indivíduo que começa a romper com essa lógica opressiva, ainda que de forma hesitante e dolorosa. Sua transformação não ocorre de maneira imediata, mas se constrói a partir de inquietações internas que o afastam

progressivamente da alienação coletiva. Nesse processo, ele deixa de ser apenas um agente do sistema para se tornar alguém capaz de questioná-lo (Bradbury, 2013).

Mais do que uma mudança individual, sua trajetória simboliza a possibilidade concreta de resistência, mesmo em um cenário profundamente marcado pela conformidade. Ao confrontar suas próprias certezas e reconhecer o vazio de sua realidade, Montag evidencia que o despertar crítico, embora incômodo, é um passo essencial para a retomada da autonomia intelectual e da liberdade de pensamento (Bradbury, 2013).

Além disso, a manipulação da informação no romance estabelece um paralelo com a realidade contemporânea. A relação entre Bauman (2001) e *Fahrenheit 451* (Bradbury, 2013) evidencia que o controle social contemporâneo não depende apenas da censura direta, mas da desvalorização do conhecimento e da banalização da informação.

Sob a perspectiva jurídica, essa problemática relaciona-se diretamente ao direito à informação e à liberdade de expressão, pilares essenciais do regime democrático. Em 2024, levantamento divulgado pela Agência Brasil apontou que quase 90% dos brasileiros admitiram já ter acreditado em notícias falsas, o que demonstra a amplitude e o impacto da desinformação na formação da opinião pública (Mello, 2024).

Além disso, segundo o levantamento do Senado Federal do Brasil (Senado, 2024), entre os usuários de redes sociais, 72% — o equivalente a mais de 113 milhões de pessoas — afirmaram ter tido contato, nos últimos seis meses, com notícias que consideraram possivelmente falsas. Em contrapartida, apenas 27% declararam não ter identificado esse tipo de conteúdo em suas redes.

Diante desse contexto desafiador, torna-se possível estabelecer um paralelo direto com a realidade apresentada em *Fahrenheit 451*. Na obra, o controle social não se limita à censura institucionalizada, mas se consolida, sobretudo, pela ausência de interesse da própria população pela leitura e pelo pensamento crítico. Assim como ocorre na contemporaneidade,

o problema não reside apenas na restrição do acesso ao conhecimento, mas também na disposição dos indivíduos em buscá-lo de forma ativa e reflexiva.

Nesse sentido, deve ser analisado que, tanto na ficção quanto na realidade, há uma tendência à substituição da leitura aprofundada por formas superficiais de consumo informacional. Sendo assim, em vez de recorrer a fontes confiáveis e análises mais complexas, muitos indivíduos passam a depender de conteúdos fragmentados e frequentemente impostos por algoritmos e fluxos digitais, o que limita a diversidade de perspectivas e compromete a construção do pensamento autônomo. A leitura constitui um instrumento essencial para a democratização do ensino, pois amplia o acesso ao conhecimento, fortalece a formação crítica e possibilita uma participação mais consciente do indivíduo na sociedade (Alves, 2009).

Sob uma perspectiva crítica, esses índices revelam que o problema não reside apenas na existência de desinformação, mas também na capacidade dos indivíduos de identificá-las com precisão. O fato de uma parcela significativa da população reconhecer o contato com conteúdos suspeitos não elimina o risco de assimilação dessas informações, sobretudo em ambientes digitais marcados pela velocidade, pela superficialidade e pela ausência de verificação (Bastos, 2026).

No mesmo sentido, a Lei nº 12.965/2014 surge como um importante instrumento normativo, ao estabelecer princípios, garantias e deveres para o uso da internet no Brasil. A legislação busca assegurar a liberdade de expressão ao mesmo tempo em que prevê mecanismos de responsabilização pelo uso indevido das plataformas, especialmente em casos que envolvem a propagação de conteúdos ilícitos ou prejudiciais (Brasil, 2014).

Evidencia-se, portanto, que a modernidade líquida não apenas transforma as relações sociais, mas também redefine profundamente a forma como o conhecimento é produzido, difundido e consumido. Nesse contexto, o principal desafio deixa de ser o acesso à informação

e passa a ser a capacidade de interpretá-la criticamente, uma vez que a abundância informacional não garante, por si só, a construção do saber.

Sob essa perspectiva, a realidade contemporânea aproxima-se, de maneira ainda mais sutil e preocupante, da distopia apresentada em *Fahrenheit 451*. Na obra, o controle social é exercido por meio da destruição dos livros, eliminando diretamente o acesso ao conhecimento (Bradbury, 2013). Já na sociedade atual, o mecanismo de controle assume uma forma mais sofisticada: em vez de proibir o conhecimento, promove-se uma saturação de informações superficiais e, muitas vezes, falsas, que desviam o interesse dos indivíduos da busca por conteúdos profundos e reflexivos.

Dessa forma, o foco deixa de estar no conhecimento e passa a se concentrar apenas na informação imposta — frequentemente fragmentada, descontextualizada e desprovida de verificação. A desinformação, nesse cenário, não apenas desinforma, mas funciona como instrumento indireto de controle ao ocupar o espaço que poderia ser destinado à leitura crítica e à construção do pensamento autônomo (Bastos, 2026).

Como consequência, forma-se um indivíduo que, embora constantemente exposto a conteúdos, não desenvolve a capacidade de questionar, interpretar ou compreender a realidade de maneira crítica. Trata-se de um sujeito que consome informação, mas não produz conhecimento, tornando-se mais suscetível à manipulação social, política e ideológica (Felczak, 2015).

Nesse sentido, evidencia-se que o controle contemporâneo não depende mais da repressão explícita ao saber, mas da indução ao desinteresse pela leitura e pelo pensamento crítico. Ao priorizar conteúdos rápidos, emocionais e de fácil assimilação, cria-se um ambiente em que o indivíduo, voluntariamente, afasta-se do conhecimento aprofundado, abrindo espaço para formas mais sutis de dominação.

Assim, a valorização da leitura e da busca pelo conhecimento torna-se um elemento essencial de resistência. Ao desenvolver o senso crítico, o indivíduo passa a questionar as informações que recebe, distinguindo fatos de opiniões e reduzindo sua vulnerabilidade à manipulação. Dessa forma, mais do que nunca, ler criticamente não é apenas um hábito intelectual, mas uma prática fundamental para a preservação da autonomia e da liberdade em uma sociedade marcada pela desinformação.

5. RESULTADOS DA PESQUISA

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que o declínio do hábito da leitura na sociedade contemporânea está diretamente relacionado a transformações estruturais da cultura digital e da dinâmica social atual. A partir da obra Fahrenheit 451, observa-se que a alienação intelectual pode ser construída não apenas por meio da censura explícita, mas também pela desvalorização gradual da leitura e do pensamento crítico, fenômeno que encontra paralelo na realidade contemporânea.

Nesse sentido, o diálogo com as ideias de Zygmunt Bauman (2001) permite compreender que a lógica da modernidade líquida favorece a superficialidade informacional. A transformação do conhecimento em um produto de consumo rápido contribui para a substituição da leitura aprofundada por conteúdos fragmentados, o que compromete a formação de indivíduos capazes de refletir criticamente sobre a realidade.

Os dados presentes reforçam essa perspectiva ao evidenciar a ampla disseminação de desinformação no Brasil. O elevado número de indivíduos expostos a informações falsas demonstra não apenas a dimensão do problema, mas também a dificuldade em distinguir conteúdos verídicos de desinformação. Esse cenário revela uma vulnerabilidade informacional que impacta diretamente a construção da consciência crítica e o exercício da cidadania.

Por fim, observa-se que o controle social contemporâneo não se dá necessariamente pela proibição do conhecimento, mas pela indução ao desinteresse por ele. Assim como na distopia de Bradbury, a formação de indivíduos que, embora cercados por informações, não desenvolvem a capacidade de questioná-las. Dessa forma, evidencia-se a necessidade de valorização da leitura crítica como instrumento essencial para a autonomia intelectual e para a resistência frente à manipulação informacional.

6. CONCLUSÃO

Diante do exposto, percebe-se que *Fahrenheit 451* ultrapassa os limites de uma simples narrativa distópica, configurando-se como um alerta atemporal acerca dos riscos da desvalorização do conhecimento e da perda da capacidade crítica. A trajetória de Guy Montag evidencia que a alienação não ocorre de forma imediata, mas se constrói gradualmente, a partir de estruturas sociais que privilegiam a superficialidade e o entretenimento em detrimento da reflexão e do pensamento autônomo.

Ao dialogar com as ideias de Zygmunt Bauman, observa-se que a modernidade líquida intensifica esse processo ao transformar o conhecimento em algo transitório e consumível. Nesse contexto, a informação passa a ser valorizada não por sua profundidade, mas por sua velocidade e facilidade de acesso, o que contribui para a fragilização do pensamento crítico. A disseminação de desinformação agrava ainda mais esse cenário, ao distorcer a realidade e dificultar a construção de uma consciência autônoma.

Em contrapartida, o pensamento de Paulo Freire apresenta-se como uma alternativa de resistência, ao defender uma educação libertadora e problematizadora. Tal perspectiva evidencia que o enfrentamento da alienação não depende apenas do acesso à informação, mas, sobretudo, da capacidade de interpretá-la criticamente, questioná-la e transformá-la em

conhecimento significativo, condição essencial para a formação de sujeitos conscientes e atuantes.

Sob a ótica jurídica, a Constituição Federal de 1988 e o Marco Civil da Internet reafirmam a importância da liberdade de expressão e do acesso à informação como pilares fundamentais do regime democrático. No entanto, a efetivação desses direitos não se limita à sua previsão normativa, sendo indispensável a formação de uma sociedade capaz de exercê-los de maneira crítica, responsável e consciente diante dos desafios impostos pela desinformação.

Assim, a reflexão proposta neste estudo transcende o campo da ficção e se projeta diretamente na realidade contemporânea. Em uma sociedade na qual os livros já não precisam ser queimados para serem ignorados, o verdadeiro perigo reside na indiferença diante do conhecimento e na substituição da leitura crítica por informações superficiais e manipuladas.

Por fim, conclui-se que o mecanismo de controle social mais eficaz na atualidade não é aquele que proíbe o acesso ao saber, mas aquele que desestimula sua busca. Quando o indivíduo deixa de ler, questionar e refletir, abre espaço para a manipulação e abdica, ainda que de forma inconsciente, de sua própria autonomia. Nesse sentido, valorizar a leitura crítica e o pensamento reflexivo deixa de ser apenas uma prática intelectual e passa a constituir um ato essencial de liberdade, resistência e afirmação da própria consciência.

Diante desse cenário, em um mundo no qual a informação se impõe de forma rápida e constante, compreender, (não apenas consumir), torna-se um gesto profundamente humano. Nesse contexto, o indivíduo deixa de ser conduzido e passa a assumir o protagonismo de sua própria realidade, uma vez que desenvolve a capacidade de questionar e interpretar o que o cerca. Assim, pensar por si mesmo não se configura apenas como um direito, mas como a última fronteira da liberdade, que não pode ser silenciosamente queimada pelo sistema.

7. REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda. Sobre a possibilidade da democratização do ensino: “a importância do ato de ler”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 137, pág. 655-675, maio/ago. 2009.

BASTOS, Bruna. *A Inconveniência da Verdade: a desinformação na era das plataformas digitais*. Londrina/PR: Thoth, 2026.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BENZAQUEN, Camila. Fahrenheit 451 (Ray Bradbury): revisão. *Relações Exteriores*, 25 jan. 2021. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/fahrenheit-451-ray-bradbury-resenha/>. Acesso em: 29 out. 2025.

BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL MG. 2021. *Resenha da semana: Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury. Disponível em: <https://www.bibliotecapublica.mg.gov.br/resenha-da-semana-fahrenheit-451-de-ray-bradbury/>. Acesso em: 29 out. 2025.

BRADBURY, Ray. *Fahrenheit 451*. Tradução de Cid Knipel. São Paulo: Biblioteca Azul, 2013.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. In: *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 abr. 2014.

CANTARELA, Roberta; SILVA, Acir Dias da. Fahrenheit 451: o vazio da memória num mundo sem livros. *Uniletras*, Ponta Grossa, v. 1, pág. 137-153, jan./jun. 2010.

CBL. Câmara Brasileira do Livro. Mais da metade dos brasileiros não lê livros, aponta pesquisa. CBL, 22 nov. 2024. Disponível em: <https://www.cbl.org.br/2024/11/mais-da-metade-dos-brasileiros-nao-le-livros-aponta-pesquisa/>. Acesso em: 29 out. 2025.

FELCZAK, Eliton Fernando. A modernidade líquida e a vida humana transformada em objeto de consumo. *Vida Pastoral*, ano 56, n. 302, mar./abr. 2015. Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/artigos/atualidade/a-modernidade-liquida-ea-vida-humana-transformada-em-objeto-de-consumo/>. Acesso em: 27 abr. 2026.

FERREIRA, Juliana Battistus Mateus; MESQUIDA, Peri. Teoria freiriana de educação e trabalho docente conscientizador. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 18, pág. 259-274, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/802> Acesso em: 30 abr. 2026.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Prefácio. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FOXÉ, John. *O livro dos mártires*. Tradução de Almiro Pisetta. São Paulo: Mundo Cristão, 2013.

GADOTTI, Moacir. Paulo Freire e a educação popular. *Proposta*: revista trimestral de debate da FASE, Rio de Janeiro, n. 111, pág. 21-29, 2007.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. 2024. Retratos da Leitura no Brasil. 6. ed. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br>. Acesso em: 29 out. 2025.

MELLO, Daniel. Quase 90% dos brasileiros admitem ter acreditado em notícias falsas. *Agência Brasil*, 01 abr. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/quase-90-dos-brasileiros-admitem-ter-acreditado-em-fake-news>. Acesso em: 27 abr. 2026.

MORAES, Mariluci Aparecida de Oliveira. A importância do ato de ler no processo de ensino-aprendizagem. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, v. 89, pág. 1198-1207, maio/ago. 2024. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/103> Acesso em: 27 abr. 2026.

PAIVA, Francisco Jeimes de Oliveira. A influência do Estado em relação às repressões sociais em Fahrenheit 451: da adaptação fílmica à análise do discurso histórico-literário. *Revista Humanidades & Inovação*, Palmas, v. 261-268, 2018.

SARAIVA, Karla; VEIGA-NETO, Alfredo. Modernidade líquida, capitalismo cognitivo e educação contemporânea. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 2, pág. 187-201, maio/ago. 2009.

SOUSA, Andressa Silva; ASSIS, Emanuel César Pires de. Reflexões sobre leitura literária na sociedade da prosperidade em Fahrenheit 451 (1953), de Ray Bradbury. *Cadernos de Literatura Comparada*, Porto, n. 49, pág. 67-89, dez. 2023.

ROSENFELD, Luis. O papel das letras na democracia: apontamentos sobre Direito, Literatura e Cultura a partir de Fahrenheit 451, de Ray Bradbury. In: *Anais do CIDIL*, v. 1, 2012.

SÃO BERNARDO DO CAMPO. *Resenha do livro Fahrenheit 451*. São Bernardo do Campo: Secretaria de Cultura, 2021. Disponível em: <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/cultura/-resenha-do-livro-fahrenheit-451>. Acesso em: 29 out. 2025.

SILVA, André Costa da et al. (Org.). *Educação e ensino em diferentes contextos: formação e práticas pedagógicas plurais*. Formiga: Ducere, 2025. 142 p. Disponível em: <https://www.ducere.com.br/2025/03/educacao-e-ensino-em-diferentes.html> Acesso em: 30 abr. 2026.

UNESCO. *Relatório monitoramento global da educação 2023: a tecnologia na educação: uma ferramenta a serviço de quem?* Paris: UNESCO, 2023. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386147_por Acesso em: 20 abr. 2026.